

STJ00119121

CURSO DE DIREITO
COMERCIAL

SÉRGIO CAMPINHO

FALÊNCIA
E RECUPERAÇÃO
DE EMPRESA

14ª edição
2024

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃOAv. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos**Gerência de produção e projetos** Fernando Penteadó**Gerência de conteúdo e aquisições** Thais Cassoli Reato César**Gerência editorial** Lívia Céspedes**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza

Dalila Costa de Oliveira

Edição Estevão Bula Gonçalves**Design e produção** Jeferson Costa da Silva (coord.)

Rosana Peroni Fazolari

Camilla Felix Cianelli

Chaves Lais Soriano

Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos

Daniela Maria Chaves

Carvalho Emily Larissa

Ferreira da Silva Kelli Priscila

Pinto

Diagramação Adriana Aguiar**Revisão** Daniela Georgeto**Capa** Tiago Dela Rosa**Produção gráfica** Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
(CIP) WAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410**

C196c Campinho, Sérgio Murilo Santos

Curso de Direito Comercial – Falência e Recuperação de Empresa / Sérgio Murilo Santos Campinho. – 14. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024.

512 p.

ISBN: 978-85-5362-278-8 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Comercial. 3. Falência e Recuperação de Empresa. I. Título.

2023-2559

CDD 346.07

CDU 347.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito	346.07
Comercial	347.7
2. Direito	
Comercial	

Data de fechamento da edição: 3-10-2023Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA [15951]

CL [608860]

CAE [844300]

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	V
-----------------------	---

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES GERAIS	3
1. Etimologia	3
2. Uma visão conceitual da falência	3
3. A compreensão da falência à luz do ordenamento jurídico brasileiro.....	6
4. Natureza da falência: direito material ou processual?	8
5. A falência como execução concursal	8
6. Conceito de falência	9
7. Conceito de recuperação judicial	10
8. Natureza jurídica da recuperação judicial	11
CAPÍTULO 2 – SUJEITOS DA FALÊNCIA, DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	15
1. O empresário (sistema restritivo)	15
2. A profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística	17
3. O empresário rural	17
4. O empresário individual	18

X CURSO DE DIREITO COMERCIAL – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA

5. O espólio.....	18
6. O menor empresário	20
7. A sociedade empresária.....	21
8. A sociedade anônima.....	22
9. A sociedade de economia mista e a empresa pública	23
10. A instituição financeira.....	24
11. A sociedade seguradora.....	26
12. A sociedade operadora de plano de assistência à saúde	27
13. A entidade de previdência complementar	27
14. O transportador aéreo	27
15. A sociedade cooperativa e a sociedade cooperativa médica operadora de plano de assistência à saúde	28
16. A sociedade que exerce atividade rural	30
17. As concessionárias de serviços públicos de energia elétrica	31
18. Os clubes de futebol.....	31
CAPÍTULO 3 – JUÍZO COMPETENTE.....	33
1. Conceito de principal estabelecimento	33
2. Prevenção.....	34
3. Natureza da competência	35
4. Encerramento das atividades.....	36
5. Alteração de estabelecimento	37
6. Filial de matriz situada no exterior.....	38

**SEÇÃO II – ÓRGÃOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA
FALÊNCIA E ACERTAMENTO DO PASSIVO DO DEVEDOR**

CAPÍTULO 4 – O JUIZ E O MINISTÉRIO PÚBLICO	43
1. Visão geral e preliminar.....	43
2. A atividade do magistrado	43

3. A atuação do Ministério Público	44
4. Requerimento de falência pelo Ministério Público.....	47
CAPÍTULO 5 – O ADMINISTRADOR JUDICIAL	51
1. Posição jurídica	51
2. Nomeação e investidura	52
3. Impedimentos	54
4. Deveres e atribuições	55
5. Destituição	58
6. Substituição.....	58
7. Remuneração	61
8. Responsabilidade do administrador judicial.....	63
9. Prestação de contas.....	64
CAPÍTULO 6 – ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES.....	69
1. Noção	69
2. Competências.....	69
3. Convocação.....	70
4. Instalação	72
5. Direção dos trabalhos	73
6. Composição	73
7. Deliberações, termo de adesão e outros mecanismos de tomada de voto	75
8. Direito de voto e seu exercício abusivo	81
9. Supressão do direito de voto.....	86
10. Órgão não obrigatório.....	88
CAPÍTULO 7 – COMITÊ DE CREDORES	91
1. Constituição e composição.....	91
2. Impedimentos	93
3. Atribuições e competências.....	93

4. Deliberações.....	94
5. Remuneração	95
6. Destituição.....	95
7. Responsabilidade civil	95
8. Órgão não obrigatório.....	96
CAPÍTULO 8 – VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS	97
1. Natureza da verificação de créditos.....	97
2. Habilitação de crédito	98
3. Impugnação de créditos.....	101
4. Julgamento na verificação de créditos.....	102
5. Recurso da sentença de impugnação.....	103
6. Condenação em honorários advocatícios	104
7. Quadro-geral de credores	105
8. Créditos fazendários.....	106
9. Créditos decorrentes da relação de trabalho	109
10. Créditos ilíquidos.....	111
11. Habilitação retardatária	111
12. Impugnação retardatária.....	114
13. Exclusão, reclassificação ou retificação de créditos	115

SEÇÃO III – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CAPÍTULO 9 – FUNDAMENTOS DO INSTITUTO.....	119
1. A crise econômico-financeira.....	119
2. O sistema bifásico de formação e aprovação do plano de recuperação judicial.....	121
CAPÍTULO 10 – INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	125
1. Legitimação ativa.....	125
2. Requerimento conjunto (grupo de sociedades)	126

2.1. Juízo competente.....	127
2.2. Litisconsórcio ativo (consolidação processual).....	128
2.3. Plano unitário de recuperação judicial (consolidação substancial)	132
3. Condições para a recuperação judicial	138
4. Requisitos formais do pedido e representação	145
5. Constatação prévia	149
6. Deferimento do processamento da recuperação judicial.....	151
7. Natureza jurídica do ato judicial.....	152
8. Recurso do despacho do processamento	153
9. Desistência do pedido	155
CAPÍTULO 11 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS CREDORES	157
1. Créditos sujeitos à recuperação	157
2. Créditos titularizados por representantes comerciais autônomos	161
3. Tratamento isonômico dos credores	162
4. Obrigações e valores inexigíveis	164
5. Suspensão das execuções, do curso da prescrição e proibição da constrição de bens.....	165
6. Novação recuperacional e o período de supervisão judicial	171
CAPÍTULO 12 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS BENS E À PESSOA DO DEVEDOR.....	175
1. Restrição à livre disposição dos bens	175
2. Proibição de distribuição de lucros	178
3. Afastamento do devedor ou de seus administradores	180
CAPÍTULO 13 – A REORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	183
1. Meios de recuperação	183
2. Financiamento do devedor	185
3. Plano de recuperação: prazo de apresentação, conteúdo e tratamento do crédito de natureza trabalhista	188
4. Manifestação dos credores	190

5. Prazo de realização da assembleia geral de credores e prazo de suspensão das execuções.....	191
6. Apresentação de certidões negativas de débito fiscal.....	193
7. Julgamento.....	199
8. Plano oferecido pelos credores.....	200
9. Alienação de filiais ou UPIs.....	204
10. Estado de recuperação e seu encerramento.....	207
11. Revisão do plano de recuperação judicial: pressupostos, condições e efeitos.....	212
12. Plano especial de recuperação judicial.....	216
CAPÍTULO 14 – CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA	221
1. Hipóteses	221
2. Eficácia dos atos	224

SEÇÃO IV – FALÊNCIA

CAPÍTULO 15 – ESTADO DE FALÊNCIA	227
1. Pressupostos.....	227
2. Qualidade de empresário.....	227
3. Insolvência do empresário	227
4. Sistema do patrimônio deficitário.....	228
5. Sistema da incapacidade de pagar.....	228
6. Sistema da cessação de pagamentos.....	229
7. Sistema da impontualidade.....	229
8. Sistema da enumeração ou indicação de fatos concretos, precisados em lei	230
9. Sistema adotado pelo direito positivo brasileiro	230
10. Insolvência presumida ou confessada.....	231
11. Conceito de insolvência.....	231
12. Decretação judicial da falência.....	232
13. Pluralidade de credores.....	232

CAPÍTULO 16 – DEVEDOR EMPRESÁRIO	235
1. Empresário individual	235
2. Falência dos legalmente impedidos de exercer a atividade de empresário ...	236
3. Sociedade empresária.....	237
4. Sócio de responsabilidade solidária e ilimitada.....	237
5. Sócio de responsabilidade limitada	241
6. Administradores das sociedades anônima e limitada	244
7. Sócio comanditário	245
8. Sócio oculto	245
9. Sócio da sociedade limitada e controlador da sociedade anônima	246
10. Ação de responsabilidade.....	247
10.1. Objeto do pedido	248
11. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	249
12. Sociedade em conta de participação.....	251
13. Sociedade em comum.....	252
14. Prova da qualidade de empresário.....	253
CAPÍTULO 17 – INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO	255
1. Visão geral.....	255
2. Sistema da impontualidade.....	255
2.1. Obrigação líquida.....	256
2.1.1. Letra de câmbio não aceita.....	257
2.1.2. Duplicata não aceita.....	257
2.1.3. Duplicata virtual, escritural ou eletrônica	260
2.1.4. Créditos líquidos que não ensejam falência	264
2.2. Título executivo	264
2.3. A prova da impontualidade: protesto do título	265
2.3.1. Protesto comum e protesto especial.....	266

2.3.2. Protesto de sentença.....	269
2.3.3. Intimação do devedor	270
2.3.4. Local do protesto	272
2.3.5. Processamento e formalidades do protesto.....	272
2.4. Valor superior a quarenta salários mínimos.....	274
2.5. Relevante razão de direito.....	275
2.6. Crítica conceitual ao sistema da impontualidade	277
3. Sistema de enumeração legal.....	281
3.1. Execução sem pagamento ou garantia.....	283
3.2. Atos ruinosos.....	291
3.2.1. Liquidação precipitada e uso de meios ruinosos ou fraudulentos para pagar	291
3.2.2. Realização de negócio simulado ou alienação de ativo	292
3.2.3. Traspasse do estabelecimento	293
3.2.4. Transferência simulada do estabelecimento principal	294
3.2.5. Outorga ou reforço de garantia	294
3.2.6. Ocultação, fuga ou abandono do estabelecimento	295
3.2.7. Descumprimento de obrigação do plano de recuperação.....	295
CAPÍTULO 18 – DECRETAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA.....	297
1. Natureza do processo pré-falimentar	297
2. Legitimação processual ativa.....	297
2.1. Iniciativa do devedor	298
2.2. Iniciativa do cônjuge sobrevivente, do herdeiro ou do inventariante....	300
2.3. Iniciativa dos sócios.....	301
2.4. Iniciativa dos credores	302
2.5. A iniciativa da Fazenda Pública	303
3. Defesa do requerido	305
4. O depósito elisivo da falência	307

5. Decretação da falência.....	309
6. Termo legal da falência.....	310
7. Continuação provisória das atividades.....	312
8. Publicidade da sentença.....	314
9. Natureza jurídica da sentença.....	314
10. Coisa julgada.....	315
11. Recurso.....	315
12. Unidade e universalidade do juízo da falência.....	317
13. Sentença denegatória da falência.....	323
13.1. Condenação em perdas e danos.....	325
14. Natureza do processo de falência.....	326
CAPÍTULO 19 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO À PESSOA DO FALIDO.....	329
1. Condição jurídica do falido.....	329
2. Direitos do falido.....	329
3. Inabilitação empresarial.....	330
4. Obrigações legais do falido.....	331
5. Restrição ao livre trânsito.....	332
6. Sigilo de correspondência.....	333
CAPÍTULO 20 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS BENS DO FALIDO.....	335
1. O desapossamento dos bens e a formação da massa falida objetiva.....	335
2. Arrecadação e custódia dos bens.....	336
3. Arrecadação frustrada ou exígua.....	337
4. Bens excluídos da arrecadação.....	338
5. Auto de arrecadação dos bens.....	341
6. Liquidação antecipada dos bens.....	342
7. Geração de rendimentos a partir dos bens arrecadados.....	343

CAPÍTULO 21 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CREDORES.....	345
1. A formação da massa falida subjetiva	345
2. Credores concorrentes e credores concursais.....	345
3. Credores reivindicantes	346
4. Credores extraconcursais	346
5. Credores não admitidos.....	346
6. Credores por obrigações solidárias	348
7. Efeitos jurídicos quanto aos direitos dos credores e eficácia da convenção de arbitragem.....	349
8. Vencimento antecipado da dívida do falido.....	350
9. Suspensão das execuções individuais dos credores.....	351
10. Cessação da fluência de juros.....	351
11. Suspensão do curso do prazo prescricional.....	353
CAPÍTULO 22 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DO FALIDO	355
1. Contrato: conceito e classificação	355
2. Contratos bilaterais	356
3. Contratos unilaterais	358
4. Coisas vendidas, ainda em trânsito	358
5. Venda de coisas compostas	359
6. Venda de coisa móvel ou prestação de serviços pagos em prestações	359
7. Contrato de venda com reserva de domínio.....	359
8. Contrato de compra e venda a termo.....	360
9. Promessa de compra e venda de imóveis.....	360
10. Contrato de locação	361
11. Compensação e liquidação de obrigação no âmbito do sistema financeiro nacional.....	361
12. Patrimônio de afetação	362

13. Contrato de trabalho.....	364
14. Concessão de serviço público.....	365
15. Contrato de conta-corrente	365
16. Contratos de mandato e comissão	366
17. Propriedade em comum	367
18. Contrato de sociedade.....	367
19. Compensação das dívidas do falido	370
CAPÍTULO 23 – AÇÃO REVOCATÓRIA	373
1. Atos ineficazes e revogáveis.....	373
2. Pagamento de dívidas não vencidas	376
3. Pagamento por meio extraordinário	376
4. Constituição de garantia real	377
5. Atos a título gratuito	377
6. Renúncia à herança ou ao legado.....	378
7. Traspasse do estabelecimento	378
8. Registros e averbações após a decretação da falência.....	379
9. Ineficácia do reembolso dos acionistas.....	380
10. Atos previstos no plano de recuperação judicial ou extrajudicial	381
11. Processamento da ação revocatória	381
12. Legitimação ativa e passiva	382
13. Competência, rito e prazo de propositura.....	383
14. Recurso da decisão revocatória	384
15. Ineficácia ou revogação de ato amparado em decisão judicial.....	385
16. Efeitos da ação revocatória.....	385
CAPÍTULO 24 – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.....	387
1. Função e natureza jurídica.....	387
2. Restituição ordinária	388

3. Alienação fiduciária em garantia.....	388
4. Cessão fiduciária de direitos creditórios.....	390
5. Arrendamento mercantil.....	390
6. Mandato e comissão.....	391
7. Comodato.....	391
8. Contrato estimatório.....	392
9. Restituição de dinheiro em poder do falido e restituição fazendária.....	392
10. Restituições especiais.....	393
11. Restituição de coisa vendida a crédito.....	393
12. Restituição decorrente de adiantamento a contrato de câmbio.....	395
13. Valores entregues ao devedor pelo contratante de boa-fé.....	396
14. Rito processual.....	396
15. Embargos de terceiro opostos pelo cônjuge do falido.....	397
CAPÍTULO 25 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	401
1. Razão de ordem.....	401
2. Gradação dos créditos.....	401
3. Créditos de natureza trabalhista.....	402
4. Crédito relativo a honorários advocatícios.....	404
5. Representantes comerciais autônomos.....	405
6. Créditos com garantia real.....	407
7. Créditos tributários.....	408
8. Créditos com privilégio especial.....	410
9. Créditos com privilégio geral.....	412
10. Créditos quirografários.....	412
11. Créditos subquirografários.....	413
12. Créditos subordinados.....	414
13. Créditos extraconcursais.....	415

CAPÍTULO 26 – REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO.....	417
1. O momento da liquidação.....	417
2. Plano de venda dos bens.....	419
3. Alienação comum ou ordinária.....	420
4. Formas ordinárias.....	421
5. Modalidades ordinárias.....	422
6. Modalidades extraordinárias.....	423
7. Sucessão nas obrigações do devedor.....	425
8. Disposições complementares à realização do ativo.....	427
9. Ordem de pagamentos.....	427
10. Importâncias reservadas.....	429
11. Disposições complementares ao pagamento do passivo.....	429
12. Encerramento da falência.....	430
CAPÍTULO 27 – EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO.....	433
1. Enquadramento.....	433
2. Pagamento.....	436
3. Decurso do tempo e encerramento da falência.....	436
4. Processamento do requerimento.....	437
5. Sócios de responsabilidade ilimitada.....	438
 SEÇÃO V – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL 	
CAPÍTULO 28 – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	441
1. Convocação extrajudicial de credores.....	441
2. O acordo extrajudicial homologável.....	442
3. Condições gerais.....	445
4. Condições especiais.....	446
5. Credores excluídos.....	446

6. Instrução do pedido	447
7. Oposição dos credores	449
8. Efeitos	451

SEÇÃO VI – O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO FONTE SUBSIDIÁRIA E AS CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES NOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CAPÍTULO 29 – DIÁLOGO COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	455
1. Questão de ordem	455
2. Contagem dos prazos de natureza processual	455
3. O sistema recursal da Lei n. 11.101/2005	457
4. Regime de publicações e intimações	459
5. Negócio jurídico processual	460
6. Cooperação jurisdicional (cooperação nacional)	460
7. Conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial e de recuperação extrajudicial	461

SEÇÃO VII – INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL OU TRANSFRONTEIRIÇA

CAPÍTULO 30 – SISTEMA NORMATIVO DA INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL NO BRASIL	469
1. Finalidade, regras, princípios e funcionalidade.....	469
2. Juízo competente.....	472
3. Acesso à jurisdição brasileira	473
4. Reconhecimento de processo estrangeiro e seus efeitos	474
5. Cooperação direta e indireta	478
6. Processos concorrentes	479
<i>Referências</i>	483